

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
28-11-2019.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e trinta e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoadado o Processo SEI nº 025.00031/2019-64, de autoria de Comandante Nádia, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação no 60º Seminário de Capacitação em Administração Pública Municipal, no dia vinte e oito de novembro do corrente, em Porto Alegre. Às nove horas e quarenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 021/19 (Processo nº 0525/19), após ser discutido por Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, Luciano Marcantônio, Cláudio Janta, Cassio Trogildo, Airto Ferronato, Roberto Robaina, Engº Comassetto, Mendes Ribeiro, Lourdes Sprenger, Valter Nagelstein, Valter Nagelstein, em tempo cedido por Idenir Cecchim, Felipe Camozzato, Mauro Zacher, Mônica Leal, Ricardo Gomes, Ricardo Gomes, em tempo cedido por João Carlos Nedel, Cláudia Araújo, Adeli Sell, em tempo cedido por Aldacir Oliboni, e Moisés Barboza. Na oportunidade, foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19: de autoria de João Carlos Nedel, para as Emendas nºs 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246; de autoria de Lourdes Sprenger, para a Emenda nº 245; de autoria de Márcio Bins Ely, para as Emendas nºs 281 e 282; de autoria de Mauro Zacher, para as Emendas nºs 208, 281 e 448; de autoria de Cláudia Araújo, para a Emenda nº 429; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 566, 567 e 568; de autoria de Alvoni Medina, para as Emendas nºs 693, 694, 695, 696 e 697; de autoria de Prof. Alex Fraga, para as Emendas nºs 718, 719, 720, 721, 722, 723 e 724; de autoria de José Freitas, para a Emenda nº 778; de autoria de Lourdes Sprenger, para as Subemendas nºs 01 às Emendas nºs 338, 339 e 344. Os trabalhos foram suspensos das onze horas e cinquenta minutos às onze horas e cinquenta e dois minutos. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 133 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Ricardo Gomes, João Carlos Nedel e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por

Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Paulo Brum. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 134 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por quatorze votos SIM e treze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza e Paulo Brum. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19. Foram votadas destacada e conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 208 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por vinte e seis votos SIM, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 245 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por dezesseis votos SIM e nove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista e Ricardo Gomes e Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza e Paulo Brum. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 281 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, por vinte e cinco votos SIM, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Em continuidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Marcelo Sgarbossa. Foi votada

destacadamente a Emenda nº 282 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 021/19, obtendo dezesseis votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Ricardo Gomes, votação essa declarada nula em face da inexistência de quórum deliberativo. Durante a sessão, Adeli Sell e João Carlos Nedel manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às doze horas e vinte e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo o processo SEI nº 025.00031/2019-64, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Seminário de Capacitação e Administração Municipal Pública, em Porto Alegre, no dia 28 de novembro de 2019.

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Segundo o acordo de lideranças, foi decidido entrar, diretamente, na votação do PLE Nº 021/19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 9h41min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadores, eu gostaria só de confirmar com os senhores e as senhoras sobre a reunião conjunta por assinatura, o acordo, está tudo certo?

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu acho que, se nós tivéssemos a listagem...

Enviada a listagem, a gente pode dar acordo, porque me parece que a reunião conjunta é apenas dos projetos das senhoras vereadoras e dos senhores vereadores, é isso? Se não tiver só de vereadores, a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores não dará acordo.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Fica em suspenso, mas, em princípio, está marcado para segunda-feira, na primeira hora da sessão, a reunião conjunta.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0525/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 021/19, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020.

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Felipe Camozzato:

“ ...

I) Pela **APROVAÇÃO** do Projeto, da Mensagem Retificativa, da Subemenda de número 01 à Mensagem Retificativa, da Emenda de número 716 e da Emenda de número 841, de Relator;

II) Pela **REJEIÇÃO** da Emenda de número 245;

III) Pela **APROVAÇÃO**, sem alterações, das Emendas de número 322, 324 e 691 (e subemenda nº 01);

IV) Pela **REJEIÇÃO** das Emendas de número 9, 10, 11, 12, 13, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 188, 246, 247, 323, 325, 326, 327, 466, 531, 532, 533, 534, 529 (e subemenda nº 1), 535 (e subemenda nº 1), 536 (e subemenda nº 1), 537, 530, 566, 567, 568, 693, 694, 695, 696, 697, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 778 e 839;

V) Pela **APROVAÇÃO**, sem alterações, das Emendas Impositivas de número 2, 3, 5, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 (e subemenda nº 1), 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 (e subemenda nº 1), 56, 57, 58 (e subemenda nº 1), 59 (e subemenda nº 1), 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67 (e subemenda nº 1), 68, 69, 70, 71, 72 (e subemenda nº 1), 73 (e subemenda nº 1), 74 (e subemenda nº 1), 75 (e subemenda nº 1), 76, 77 (e subemenda nº 1), 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 (e subemenda nº 1), 85, 86, 87, 88, 89 (e subemenda nº 1), 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 (e subemenda nº 1), 97, 98 (e subemenda nº 1), 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111 (e subemenda nº 1), 112 (e subemenda nº 1), 113 (e subemenda nº 1), 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141 (e subemendas nº 1 e 2), 142 (e subemendas nº 1 e 2), 143 (e subemenda nº 1), 144 (e subemenda nº 1), 145 (e subemenda nº 1), 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156 (e subemenda nº 1), 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184 (e subemenda nº 1), 185, 186 (e subemenda nº 1), 187, 189, 190, 191, 192, 193 (e subemenda nº 1), 194, 195, 196 (e subemenda nº 1), 197, 198, 199 (e subemenda nº 1), 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225 (e subemenda nº 1), 226 (e subemenda nº 1), 227 (e subemenda nº 1), 228 (e subemenda nº 1), 229 (e subemenda nº 1), 230 (e subemenda nº 1), 231 (e subemenda nº 1), 232 (e subemenda nº 1), 233, 234 (e subemenda nº 1), 235 (e subemenda nº 1), 236 (e subemenda nº 1), 237 (e subemenda nº 1), 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253,

254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306 (e subemenda nº 1), 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 328 (e subemenda nº 1), 329 (e subemenda nº 1), 330, 331, 332, 333, 334 (e subemenda nº 1), 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345 (e subemenda nº 1), 346 (e subemenda nº 1), 347 (e subemenda nº 1), 348 (e subemenda nº 1), 349 (e subemenda nº 1), 350 (e subemenda nº 1), 351 (e subemenda nº 1), 352 (e subemenda nº 1), 353 (e subemenda nº 1), 354 (e subemenda nº 1), 355 (e subemenda nº 1), 356, 357, 358, 359, 360 (e subemenda nº 1), 361 (e subemenda nº 1), 362 (e subemenda nº 1), 363 (e subemenda nº 1), 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 379, 380, 382, 384 (e subemenda nº 1), 386 (e subemenda nº 1), 387, 389 (e subemenda nº 1), 390 (e subemenda nº 1), 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407 (e subemenda nº 1), 408 (e subemenda nº 1), 409 (e subemenda nº 1), 410 (e subemenda nº 1), 411 (e subemenda nº 1), 412 (e subemendas nº 1 e 2), 413 (e subemenda nº 1), 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425 (e subemenda nº 1), 426, 427, 428, 431 (e subemenda nº 1), 432 (e subemenda nº 1), 433 (e subemenda nº 1), 434 (e subemenda nº 1), 435 (e subemenda nº 1), 436, 437, 438, 439, 440, 441, 443, 444, 445, 446, 447, 449, 450, 451, 452, 453, 454 (e subemenda nº 1), 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462 (e subemenda nº 1), 463, 464, 465, 467, 468, 469, 470, 471, 472 (e subemenda nº 1), 473, 474 (e subemenda nº 1), 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481 (e subemenda nº 1), 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525 (e subemenda nº 1), 526 (e subemenda nº 1), 527 (e subemenda nº 1), 528 (e subemenda nº 1), 538, 539, 540, 541 (e subemenda nº 1), 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552 (e subemenda nº 1), 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565 (e subemenda nº 1), 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617 (e subemenda nº 1), 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655 (e subemenda nº 1), 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682 (e subemenda nº 1), 683 (e subemenda nº 1), 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 692 (e subemenda nº 1), 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 717, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 780 (e subemenda nº 1), 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801 (e subemenda nº 1), 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820,

821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832 (e subemenda nº 1), 833, 834 (e subemenda nº 1), 835 (e subemenda nº 1), 836, 837 e 838;

VI) Pela **REJEIÇÃO** das Emendas Impositivas de número 208, 281, 282, 429, 442, 448, 779 (e subemenda nº 01);

VII) Pela **REJEIÇÃO** da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 337, da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 338, da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 339 e da Subemenda nº 01 à Emenda Impositiva nº 344; e

VIII) Pela **APROVAÇÃO** da Emenda nº 840 e 842, de Relator.”

Observações:

- com Mensagem Retificativa e com Subemenda nº 01 à Mensagem Retificativa;
- com Emendas nºs 02, 03, 05 a 13, 15 a 21, 23 a 153, 155, 156, 158 a 164, 169 a 254, 256 a 370, 379, 380, 382, 384, 386, 387, 389 a 429, 431 a 842;
- com Subemendas nºs 01 às Emendas nºs 21, 55, 58, 59, 67, 68, 72, 73 a 75, 77, 84, 89, 91 a 94, 96, 98, 111 a 113, 141 a 145, 156, 184, 186, 193, 196, 199, 225 a 232, 234 a 237, 306, 328, 329, 334, 337 a 339, 344 a 355, 360 a 363, 384, 386, 389, 390, 407 a 413, 425, 431 a 435, 454, 462, 472, 474, 481, 525 a 529, 535, 536, 541, 552, 565, 617, 655, 682, 683, 691, 692, 779, 780, 801, 832, 834 e 835;
- com Subemendas nºs 02 às Emendas nºs 141, 142 e 412;
- retiradas as Emendas nºs 1, 4, 14, 22, 154, 157, 165, 166, 167, 168, 255, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 381, 383, 385, 388 e 430;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-12-19;
- aprovadas as Emendas nºs 133, 134, 208, 245 e 281;
- rejeitadas as Emendas nºs 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246;
- NULA a votação da Emenda nº 282 por falta de quórum em 28-11-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão PLE nº 021/19. (Pausa.) O Vereador Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, a nossa inscrição aqui se dá, fundamentalmente, para que nós consigamos acertar, aqui no plenário, o início da votação. Espero que, neste ano, pela conformação que nós temos de uma lei orçamentária com emendas impositivas – o que é uma incrível novidade nesta Casa, porque não havia, este debate é recente –, eu creio que nós precisaríamos verificar, agora, junto ao relator Ver. Camozzato, que deve estar se

deslocando para cá – a liderança do Governo está aqui a postos, o líder e a vice-líder –, que a gente possa, sem muitas delongas, mas com o devido e responsável debate, Ver. Pujol, fazer essa votação.

Eu mantenho a minha posição, quando da discussão, de que o orçamento não é real; ele tem muitas questões que estão fora do cotidiano e da realidade, mas isso não é um problema, não é um demérito deste governo. Infelizmente, nós ainda não temos, Ver. Robaina, uma efetiva tradição de construção de orçamentos reais, com planejamento estratégico de quem detém a cadeira de prefeito, dos seus devidos secretários, e o secretário está aqui para acompanhar este debate, e sei que o secretário é diligente, mas, convenhamos, a tradição se sobrepõe, às vezes até, à vontade de um ou outro gestor municipal de que se joga para o Parlamento um orçamento bastante flexível – eu diria que há muitas coisas voláteis – e de difícil aplicação prática. Por isso nós queremos insistir que é necessário, sem trancar, sem postergar de forma irresponsável esta necessária votação, que nós possamos, de forma consciente e responsável, Ver. Idenir Cecchim, votar este orçamento, e que as emendas impositivas, que estiverem dentro das normas regimentais, sejam efetivamente aplicadas não privilegiando este ou aquele. Digo isso porque, como a metade dos recursos são impositivos para a saúde pública, a emenda que eu fiz para a saúde pública é uma necessidade de recurso do governo municipal que, em princípio, teria que colocar em algumas unidades de saúde que estão em projetos ou já têm projetos feitos. Eu a coloquei, de forma responsável, Ver. Cassiá Carpes, na Unidade Básica de Saúde do Timbaúva, que tem um projeto que o secretário nos passou, a assessoria solicitou que, se possível, eu aportasse a minha emenda a este espaço, porque já tem uma emenda de um deputado federal, o Dionilso Marcon, e que, juntando a emenda federal com a emenda local e talvez algum pouco de recurso municipal, nós resolvêssemos a situação do Timbaúba. Ou seja, nós estamos aqui para ajudar, para colaborar, o resto das minhas emendas estão basicamente dentro do rol da Secretaria de Cultura que tem problemas orçamentários e as coloquei nos programas, basicamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, num particular, o ilustre líder do PT que deixa a tribuna, tem toda razão: nós estamos vivendo um momento especial na Câmara, com surgimento das batizadas emendas impositivas. Eu acredito que, neste semestre, raramente vim à tribuna, mas no momento eu me sinto no dever de fazer isso, na medida em que eu tenho sido, ao longo do tempo, um crítico dos orçamentos do Município, pela sua própria natureza – uma crítica que extrapola o mérito, vai no processo em si, porque eu apoiei, há anos, o falecido senador Antônio Carlos Magalhães que postulava pelo orçamento impositivo, porque, em verdade, eu tenho repetido essa queixa ano após ano. O orçamento, nas

condições em que se encontra, é efetivamente algo que se realiza ao talante do prefeito, especialmente pela possibilidade do contingenciamento e outras providências que os Executivos são legalmente autorizados a realizar. Agora, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, de forma pioneira no País, nós estamos legislando e apresentando emendas impositivas, como ocorre no Congresso Nacional. Essas emendas impositivas, longe de ser o famoso troca-troca, que alguns órgãos da imprensa nos acusaram de estarmos inaugurando aqui na Casa, é o contrário do troca-troca, é a limitação do órgão executivo, hoje pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira – amanhã será de quem, na próxima legislatura? É imposição ao chefe do Executivo de cumprir as emendas decorrentes das propostas legislativas, devidamente consagradas pelo plenário das casas. E olha que nós iniciamos muito bem, Ver. Robaina, porque as nossas emendas são dirigidas às atividades já previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, já previstas na legislação reguladora de todo o processo orçamentário da cidade. Obviamente, dentro desse contexto, com a opinião e a sensibilidade de quem convive no dia a dia com a comunidade, apresenta e destaca valores para uma ou outra atividade. Por exemplo, em respeito à saúde, quem pode entender o troca-troca da minha proposta de que o Hospital da Restinga seja valorizado, que o Hospital Vila Nova seja valorizado, que a Santa Casa de Misericórdia seja valorizada, que o Hospital Pronto Socorro seja valorizado? Quem pode? Quem pode negar relevância para o grande trabalho do Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica? São todas entidades legítimas, devidamente organizadas, com grande atuação na sociedade, e que nós demonstramos interesse em fortalecer as suas atividades, Ver. Janta, e nós o fizemos através das emendas e impositivas. Por isso, eu faço esse registro. Venho à tribuna, onde não tenho comparecido nos últimos meses, e o faço com a maior tranquilidade, num discurso com a mais profunda coerência. Acho que é um passo importante que nós estamos dando, e acho que temos que caminhar muito mais. O País inteiro tem que, um dia, no conjunto, não só nas emendas dos parlamentares, mas em tudo, inclusive na proposta do próprio governo, estabelecer a imposição do...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): ...no cumprimento das decisões legislativas que aprovam os orçamentos, se isso não ocorrer, a nossa atuação, ressalve-se as emendas impositivas, no resto, será meramente ornamental. Estamos aprovando o que pode não ser cumprido. Sra. Presidente e Srs. Vereadores, era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir PLE nº 021/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Ver.^a Mônica, Presidente da Casa, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este é um dos momentos mais importantes, tenho certeza, desta Casa, mas, como disse o Ver. Adeli e o Ver. Pujol, é o momento em que nós temos algumas dificuldades de entender esse projeto no sentido da sua efetivação.

Nós não temos – eu gostaria que tivéssemos –, nas comissões pertinentes da Casa, relativas ao assunto, o que foi, por exemplo, efetivado este ano, e nós estamos no final do ano. Se algum Vereador souber o quanto foi efetivado, neste ano, me passe, porque eu preciso. Isso dá uma noção do que pode acontecer no ano que vem.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Executado, efetivado, a nomenclatura pode estar diferente, mas o objetivo é o mesmo. Isso é importante para nós. Estamos quase no final do ano, adentrando o mês de dezembro, e não sabemos uma coisa clara, transparente. A Prefeitura poderia informar o que foi efetivado do orçamento desse ano, que aprovamos no ano passado, para gente ter uma noção.

Quanto às emendas impositiva, eu acho que meus colegas devem estar pensando assim: “Por que o único vereador que não apresentou emenda impositiva foi o Ver. Cassiá?” Primeiro, eu tenho muita dificuldade de entender se o atual prefeito vai efetivar o que os vereadores solicitarão como impositiva, embora a sua origem – 50% para saúde e 50% para demais assuntos diretamente ligados à Prefeitura – possa até ser meritória. Vai ajudar muitas entidades. Mas, ao mesmo tempo que eu fiquei com essa dúvida, eu também recebi ligações de gente pressionando: “Olha, me dá uma emenda aí, porque o Fulano, ou o Paulinho, ou o Adeli já me deu”. Não é assim, gente! Não é assim! Eu corro o risco até de ser, no ano que vem...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Exatamente! “Não vote no Cassiá, porque o Cassiá não deu impositiva para nós!” Esse é o risco que o político tem que correr. Eu não dei, porque eu não quis, eu acho que o processo ainda não está maduro. E nós vamos ter problema no ano que vem, não será feito. São 839 emendas impositivas! Houve um varejo aqui, gente, me desculpem! Cinco mil, dez mil. Não! Tem que ter critérios. Da próxima vez tem que ter critérios, um mínimo, para que não haja essa quantidade de emendas impositivas: 839! É demais! Que tenha um regramento. A ideia boa, mas entendo que, dessa primeira vez, da forma como foram colocadas no orçamento, não vai dar certo. Quero aqui adiantar, bem antes: não vai dar certo! O prefeito vai – para não usar um termo muito forte – boicotar muitas, vai alterar outras e vai dizer que não pode. Vai ser uma confusão, no meu entender. Ano eleitoral. Volto a frisar que nós temos que achar um critério, Ver.^a Mônica, de um teto mais alto. Não pode ser esse pinga-pinga de 839 emendas, e, às vezes, para a mesma entidade! Isso vai

se chocar: um deu cinco e outro deu dez para a mesma entidade! A própria entidade vai reclamar: “Mas para aí, o vereador tal deu só cinco; o outro deu dez, deu 15, deu 50!”

Eu sou a favor, votei a favor, mas dessa forma que está eu acho que não vamos chegar a um denominador. Acredito que nós possamos melhorar, repensar e organizar melhor para o ano que vem, para 2021. Volto a frisar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): ...Para concluir, Vereador, não é uma crítica direta, é uma observação de que nós vamos ter problemas este ano, ou melhor, no ano que vem, em relação às impositivas, ao número excessivo de 839 emendas impositivas. A ideia é boa, mas podemos melhorar em 2021. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Bom dia, senhoras e senhores, estamos discutindo o orçamento do Município para o ano de 2020. Eu gostaria de centrar a minha fala neste momento de discussão em dois aspectos. O primeiro deles, fazendo um comentário ao que disse anteriormente o Ver. Cassiá Carpes, que me antecedeu na tribuna. Eu concordo que haja o regramento para emendas impositivas, mas, Ver. Cassiá, não é um recorte de volume de recursos que deve ser estabelecido, isso eu não concordo! Para ter uma noção, uma das emendas que eu propus, vereador, é para arrumar o piso da sala da EMEF Pasqualini, lá na Restinga, a sala de dança em que as crianças e os professores tem que colar com durex os tacos de parquê, porque, à medida que eles ficam dançando e treinando, os tacos vão levantando e as crianças, às vezes, machucam os pés. É um volume de recursos baixo que está sendo solicitado há muitos anos pela comunidade escolar, mas que o orçamento da escola não consegue contemplar porque existem outras necessidades mais importantes do que o projeto de dança. Esse projeto movimenta toda a comunidade, cria perspectivas e tira crianças daquela lógica nefasta de se encaminharemos para a criminalidade. Elas estão dentro da escola, elas estão dançando, algumas dessas crianças querem se tornar dançarinos no futuro, e nós precisamos dar possibilidades para isso. Os recursos para reforma do piso não são recursos volumosos, e fazer esse recorte de montante prejudica alocação de verba para essas atividades. Também não acredito justo que nós coloquemos dentro de um programa mais amplo, em que a própria secretaria vai determinar para onde vai o dinheiro. Eu não concordo que o dinheiro que eu gostaria de destinar a uma escola própria da nossa rede municipal seja direcionado para uma

parceria, porque a gente não sabe muito bem o que acontece com essas parcerias, é tudo uma caixa-preta, não há clareza, os contratos nem sempre são claros e não há plena fiscalização de como são empregados os recursos da nossa cidade. Agora, nas nossas escolas municipais, nós sabemos o que acontece: tudo tem que ter projeto, tudo é controlado de perto pela secretaria, e punições acontecem o tempo inteiro. Portanto, nós precisamos, com muita seriedade, analisar esses critérios que podem ser estabelecidos para o ano que vem, que determinariam um regramento um pouco mais rígido, a possibilidade de alocar verbas para políticas públicas, via emendas impositivas.

O segundo aspecto que eu gostaria de destacar nessa minha fala, fazendo o fechamento desse momento de discussão, é a minha contrariedade, a minha indignação com relação ao corte brutal que a Prefeitura estabeleceu para as políticas públicas na área da assistência social. É inaceitável que a Prefeitura, numa cidade em que os problemas sociais crescem alarmantemente... Quem não está circulando pela cidade para ver que nós temos muitas crianças pedindo esmolas, de novo, nas sinaleiras? Isso, durante um bom tempo, não acontecia mais. Agora cortam projetam-se nas escolas? A criança não fica mais na escola? Vai para a sinaleira, e isso é um problema social que precisa ser enfrentado. Não é retirando R\$ 65 milhões da FASC que esse problema vai melhorar. Portanto, eu não consigo concordar com as diretrizes orçamentárias de redução violenta nas políticas públicas para assistência social. Foram R\$ 32 milhões cortados do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos familiares e comunitários para crianças de 0 a 18 anos – R\$ 32 milhões cortados do orçamento para 2020! Isso é inaceitável, gente! Como é que se pensa uma cidade que quer enfrentar e combater os problemas sociais, quando se corta da assistência...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): ...esse corte é inaceitável.

Nós temos secretarias que visam atrair parceiros, investidores, esse tipo de gente que o prefeito tanto gosta e enche sua boca para falar, para encher de adjetivos positivos, só que é uma secretaria que não trouxe retorno para nossa cidade, não disse a que veio, e tem aumento de verba destinada para essas parcerias, para essas atrações de parceiros, quando isso não se reflete em melhoria de Porto Alegre. Agora, cortar da assistência social, isso sim, temos certeza que vai piorar a nossa cidade. Portanto não aceitamos esses cortes. Um grande abraço, e nos sigamos nosso trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Luciano Marcatônio está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR LUCIANO MARCATÔNIO (PTB): Bom dia a todos, eu estou no meu terceiro mandato como vereador, e sempre, aonde eu vou, seja aqui na tribuna seja nos meios de comunicação, falo do orgulho que eu tenho em atuar nesta Casa, na Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre. Nós somos exemplo nacional de transparência, de zelo pelos recursos públicos, de atuação frente a todos os segmentos, na sua defesa, na mediação de conflitos através das nossas comissões, as quais os vereadores participam ativamente, e principalmente na questão referente ao orçamento público. Todos os vereadores que participam dessa discussão, que vêm à tribuna, independentemente de ser de esquerda, de centro, de direita, o fazem com responsabilidade – isso é muito importante. É muito importante que, neste debate do dia de hoje, nós continuemos nessa trajetória exemplar: de tratar o orçamento que o prefeito encaminha para esta Casa com a mesma lisura, com a mesma transparência e com o diálogo que sempre aconteceu. Nós temos algo inédito agora, construído pelos vereadores, baseado na nossa Lei Orgânica, que é a emenda impositiva. Para mim, a emenda impositiva é um grande avanço, é uma modernização e permite que a sociedade civil saia vencendo; é um ganho para a sociedade civil. Quem mais do que o vereador sabe qual é a dificuldade no atendimento à saúde em uma área onde está faltando recurso para um hospital? Quem mais do que o vereador sabe, na educação, qual é a área, o serviço, a obra que é mais importante em qualquer vila desta cidade? Quem sabe mais do que qualquer vereador sobre assistência social – um tema também importantíssimo da nossa cidade – ou sobre em qual entidade, ou em qual área da FASC está faltando recurso para ser investido? Ninguém mais do que o vereador de Porto Alegre! Nós somos cobrados diariamente pelas comunidades, pelos cidadãos, pelo governo, pela mídia, por todos sobre a nossa atuação, que é prestada exatamente defendendo, dialogando e buscando recurso. Nós temos problemas com as emendas aos orçamentos de todos os governos; elas sempre são contingenciadas, elas não acontecem. Eu nunca fiz, até hoje – estou no meu terceiro mandato –, uma emenda ao orçamento, à Lei de Diretrizes Orçamentárias do governo, porque elas são contingenciadas, e o vereador acaba se desgastando com o secretário do Município, se desgastando com a sociedade civil, porque, com essa emenda, cria uma ilusão, mas ela não vai ser efetivada, ela não vai ser executada.

Através da emenda impositiva, proposta e aprovada, acredito, pela grande maioria dos colegas vereadores, se não por todos, proposta pelo vereador da nossa bancada, Cassio Trogildo, apoiada por toda a nossa bancada – Ver. Paulo Brum, Ver. Dr. Goulart – e por quase a totalidade dos vereadores, eu tenho certeza que nós vamos fazer com que as conquistas que a comunidade mais gostaria de ter aconteçam. Podem discutir os critérios, podem discutir os limites, mas é um grande projeto, é um grande avanço para nós, vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Bom dia, Sra. Presidente, colegas vereadores. Eu quero aqui fazer coro com o Ver. Luciano Marcantônio e com os demais que aqui subiram dizendo que, este ano, o orçamento que vamos votar, discutir e debater aqui nesta Casa, teve um grande avanço, teve o avanço que permitiu a autonomia de emendas do nosso mandato.

Então, antes nós tínhamos que discutir, no orçamento, colocar as emendas e depois ir atrás do governo, atrás desse recurso, de onde ele estava destinado. Agora nós podemos botar a rubrica no orçamento e, mesmo que não seja o ideal, ele é um orçamento que irá ajudar muito as instituições, as famílias que vivem no entorno de entidades, de escola, de clubes, seja lá o que for, da nossa cidade, quando um vereador destinar a sua emenda. O maior avanço que tem esse orçamento impositivo, é que 50% das emendas de todos os parlamentares, Ver. Roberto Robaina, são destinados para saúde. Nós podemos carimbar, como se diz, 50% de R\$ 1.261.048,00, para a saúde, beneficiando, cada vez mais, a população de Porto Alegre, as entidades, os hospitais, para adquirirem equipamentos. É um grande avanço. Eu acredito que a aprovação da emenda impositiva, que nós fizemos nesta Casa, foi uma grande conquista para o Parlamento e para a cidade de Porto Alegre, assim como foi a abertura dos postos de saúde até as 24 horas, assim como foi a escola de tempo integral – já temos 48 escolas em Porto Alegre, funcionando em tempo integral –, assim como foi a autonomia do Parlamento de colocar, no calendário da cidade de Porto Alegre, as datas festivas e comemorativas, e vários projetos dos colegas, que a gente discutiu e aprovou aqui nesta Casa. A emenda impositiva dá uma autonomia para o mandato dos vereadores. Eu, particularmente, destinei a minha parte dos R\$ 1.261.048,00 de emenda impositiva para a área da saúde, com a rubrica de criar um centro de referência para o autismo na cidade de Porto Alegre. Nós temos cidades na Região Metropolitana – Canoas, Alvorada –, que já tem um centro de referência, tem dado um conforto para as mães e pais que têm seus filhos autistas, para as pessoas, adolescentes e adultos, que são autistas. Então, nós destinamos todo o recurso da nossa emenda para criar o centro de referência do autismo. Como disse o Ver. Cassiá Carpes, nós podíamos ter destinado R\$ 30 mil para uma instituição, podíamos ter destinado R\$ 50 mil para outra instituição, R\$ 100 mil para outra instituição, mas nós temos a convicção que, destinando todo esse recurso para criação do centro de referência do autista na cidade de Porto Alegre, nós estaremos ajudando as mães e os pais que moram na Zona Norte, que moram na Zona Sul, que moram na Zona Leste, na Zona Oeste, toda a população de Porto Alegre, porque vem avançando muito o espectro do autismo não somente na nossa cidade como no nosso País. Nós acreditamos que a destinação desse R\$ 1,261 milhão é a abertura de uma porta, como foi a questão da saúde até às 24 horas, que hoje, o governo federal tem a meta de abrir 2.000 unidades básicas de saúde até às 22 horas; como foi a questão da escola de tempo integral, que hoje é uma política de vários municípios, uma política de estado, a educação integral. Então acreditamos que esse R\$ 1,261 milhão para o centro de referência do autismo da cidade de Porto Alegre é uma porta que se abre para o governo fazer os convênios com o Estado, fazer os convênios com a União e principalmente para que outras cidades sigam o nosso exemplo.

Já recebi pedidos de algumas cidades de fora do nosso Estado pedindo o modelo da lei de emenda impositiva que aprovamos aqui nesta Casa. Eu acredito e tenho convicção de que a emenda impositiva, que o projeto que aprovamos e que hoje estamos discutindo e executando no orçamento é a total autonomia dos recursos públicos na mão do Parlamento, mesmo que seja pouco, é possível nós fazermos a política, como foi dito aqui, que nós visualizamos nos bairros, nas comunidades, de acordo com a necessidade das famílias.

Então, que possamos ter muito mais recursos no ano que vem para as emendas impositivas. Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Bom dia, Sra. Presidente; bom dia, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha aqui nas galerias; estamos na discussão do orçamento, Ver.^a Cláudia, e é o primeiro orçamento, Ver. José Freitas, que vamos ter, Ver. Paulinho Motorista, que estamos tendo, Ver. Paulo Brum, as chamadas emendas impositivas, as quais, Ver. Cláudio Conceição, fizemos a emenda à Lei Orgânica e passaram a vigor na nossa Lei Orgânica para o orçamento deste ano em Porto Alegre.

Não precisaria repetir, mas apenas para que fique registrado, Ver. Aírto Ferronato, que esta emenda que aprovamos aqui, por ampla maioria, só foi possível, Ver. Aldacir Oliboni, tendo em vista que, em 2015, uma emenda constitucional criou o dispositivo na Constituição, através de proposição do Congresso Nacional. Então, nós recebemos, através de um projeto de lei, a emenda orgânica, onde tivemos, num primeiro turno, 28 aprovações de 24 votos necessários e, no segundo turno, Ver. Cláudio Janta, 27 vereadores de 24, o que seria necessário para, em dois turnos, podermos aprovar. Estamos num primeiro ano, e todos estamos aprendendo, inclusive o Executivo; é realmente um dispositivo novo. Creio que o Ver. Cassiá Carpes fez aqui um registro de que algumas mudanças, Ver. Cassiá, serão necessárias para o ano que vem. Este ano, nós trabalhamos com o que foi possível; regramos, sim, em especial, a questão da recepção, Ver. Paulinho Motorista, de recursos por entidade de utilidade pública, que é uma possibilidade, Ver. Mauro Zacher, prevista também na Lei Orgânica. A Lei Orgânica excepcionaliza que entidades que tenham a declaração de utilidade pública possam receber recursos orçamentários, do orçamento do Município, mas nós estamos estabelecendo, através de emenda ao orçamento, que essas entidades terão, Ver. Alvoni, que apresentar plano de trabalho e, depois, até 90 dias do final do exercício financeiro do ano que vem, terão que prestar contas dos recursos utilizados, demonstrando que utilizaram de acordo com o plano de trabalho aprovado. Outra coisa que precisaremos regar realmente é o número de emendas. Eu creio que o valor não, Ver. Cecchim, porque eu creio que, eventualmente, a necessidade que o parlamentar

quer atender, lá na ponta, na comunidade, é de uma emenda parlamentar de um valor pequeno, mas ele, necessariamente, vai ter que consumir uma emenda. No Congresso Nacional, os deputados têm direito a apresentar 25 emendas. O próprio Executivo municipal encaminhou para esta Casa uma mensagem retificativa – e nós estamos, através de uma subemenda, retirando, para este ano, este dispositivo – que, aí, sim, determinava o valor, que seria de R\$ 50 mil para despesas correntes, no mínimo, ou R\$ 100 mil para investimentos. Nós temos – vai ser para o ano que vem – uma proposta, Ver. Luciano Marcatônio, que seja o inverso, não o valor, mas também determinando o limite de emendas, como é no Congresso Nacional. Vejam bem: se fosse o número de emendas do Congresso Nacional, 25 emendas, o valor de R\$ 1,26 milhão, que é o que coube para cada parlamentar, dividido por R\$ 50 mil, que é o menor valor que o próprio governo colocava na sua mensagem retificativa, daria 25 emendas. E 25 vezes 36, dá 900, que seria o nosso teto, se essa regra tivesse sido acordada, vamos dizer assim. Novecentas emendas é mais do que o número de emendas que nós acabamos apresentando no conjunto dos 36 vereadores. Alguém falou em 839, eu creio que seja este o número ou perto disso, mas de qualquer maneira é menos do que o número de 900, que seria o número máximo se nós tivéssemos acatado o dispositivo do Executivo, que previa limite mínimo, que daria 25 emendas por parlamentar: 25 vezes 36, 900 emendas. Nós estamos, sim, no caminho certo, mesmo não tendo, Ver. Mendes Ribeiro, conseguido de forma mais aprofundada estabelecer todo o regulamento, acho que nós estamos no caminho certo. Creio que, para o ano que vem, nós devemos melhorar o controle sobre as entidades que têm utilidade pública, talvez revendo a lei de utilidade pública, transformando a nossa lei municipal de utilidade pública em algo parecido com que são as entidades sem fins lucrativos no governo federal. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; falo aqui, inicialmente, como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, e nos debruçamos sobre o projeto de lei do Executivo. Quero registrar aqui a minha satisfação de dizer do envolvimento intenso que nós tivemos com os vereadores da Comissão – este Vereador, o Ver. Camozzato, que é o nosso relator, os vereadores Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro e João Carlos Nedel. Quero fazer um destaque todo especial ao trabalho e dedicação – é preciso ressaltar, destacar – do nosso relator, Ver. Camozzato, até porque eu já fui relator por muitos anos, e sei da responsabilidade, do trabalho que dá analisar o projeto e 839 emendas no total, sendo 787 impositivas e 5 populares.

Inicialmente, é a primeira vez que eu falo sobre isso, Ver. Cassio, sobre o orçamento impositivo. Como a maioria sabe, lá na década de 70, em 1975, 76, 78, eu já

lecionava no Ministério da Fazenda sobre o orçamento público, e aqui na Câmara tínhamos nós as emendas, Ver. Adeli, não impositivas. Também quero cumprimentar todos os vereadores que estiveram bastante envolvidos, que me procuraram bastante na apresentação das ementas, cumprimentamos em nome da nossa Comissão de Finanças. O que acontecia com as nossas emendas não impositivas? As comunidades chegavam aqui, pediam uma emenda, se apresentava a emenda, votávamos e aprovávamos, no final saiam todos satisfeitos e, no ano que vem, o Executivo não executava, o prefeito não executava a emenda, era muita frustração. Agora é diferente, agora as emendas deverão ser executadas.

Como vereador, eu apresentei emenda na Secretaria Municipal da Saúde, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Sustentabilidade e na educação infantil. Para revitalização de praças, apresentei emendas na quadra poliesportiva, no loteamento Mário Quintana, na Zona Norte; em equipamentos de ginástica na Praça Marcos Rubin, na Av. Protásio Alves, na Praça Germinal Michele, no Alto Petrópolis, na Praça Arquiteto Edgar Graeff, na Av. Nilo Ruschel, e na Praça Vereador Valneri Antunes, na Av. Mário Meneghetti, no Alto Petrópolis. Cinco equipamentos de ginástica e uma quadra.

Na saúde, várias unidades de saúde, R\$ 214 mil: na unidade de saúde da Tijuca, R\$ 78 mil; na unidade de saúde Vila Vargas, no bairro São José, R\$ 100 mil; no HPS, R\$ 180 mil; no Hospital Vila Nova, R\$ 16 mil; e na Santa Casa, R\$ 60 mil.

Na educação infantil, nós vamos propor investimento nas associações de moradores Santa Anita, Campo Novo e na Pitinga.

São essas as emendas que eu apresentei. Um abraço a todos e meus cumprimentos pela dedicação de todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 012/19.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bom dia, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que assiste esta sessão, este debate sobre o orçamento, evidentemente é importante, embora tenhamos uma situação muito ruim, porque, infelizmente, o que é rigorosamente cumprido no orçamento é quando há redução e congelamento de recursos. No caso do orçamento encaminhado pelo governo Marchezan, invariavelmente tem um ponto que tem sido cumprido no orçamento que é o congelamento da remuneração dos servidores públicos. O arrocho salarial dos funcionários públicos é uma marca das peças orçamentárias deste governo. O Ver. Prof. Alex Fraga apontou também um dos problemas que apreciamos: a redução em mais de R\$ 60 milhões no orçamento da assistência social.

A complicação do debate sobre orçamento é que precisamente, como o orçamento acaba sendo uma peça de ficção, ou pelo menos uma peça sem controle público, a não ser quando é um motivo de congelamento da remuneração de servidores

e de redução de políticas públicas, em particular no caso da assistência, a discussão acaba sendo uma discussão um pouco inútil. Nós sabemos que esse ano tem uma novidade que é justamente a novidade ligada ao orçamento impositivo, por parte das emendas dos vereadores. Vocês sabem que eu não aprovei essa proposta, não fui partidário do orçamento impositivo, ligado às emendas de vereadores, mas também reconheço que as emendas que foram apresentadas pelos vereadores são emendas que respondem aos interesses da população. A gente viu o esforço que foi feito pelas assessorias para que as emendas do orçamento impositivo corresponderem às necessidades reais da população de Porto Alegre, e o relator, Ver. Felipe Camozzato, buscou preservar esse interesse.

Agora, qual é a grande questão que eu acho que teríamos que discutir, para que, de fato, tivéssemos uma peça orçamentária que refletisse os interesses da cidade? Não é simplesmente tornar impositivas as emendas dos vereadores e das vereadoras, o que tornaria o orçamento uma peça fundamental, controlada pela cidadania, é se o próprio orçamento público fosse impositivo. Se o orçamento não é impositivo, ele fica à mercê das decisões que, durante o ano, os governantes vão tomar. Eu não quero dizer que isso seja fácil, mas nós teríamos que avançar no sentido de ter um orçamento que realmente seja discutido pela cidade, na medida em que ele seja votado, esse orçamento seja cumprido – essa é a discussão! A discussão é de fazer com que o orçamento seja, de fato, real, portanto que tenham correspondência as despesas e as receitas, e as propostas aprovadas também tenham essa correspondência. Nós, por exemplo, quando fazíamos emendas de vereadores, não quero dizer que todas eram assim, mas muitas emendas, às vezes, eram aprovadas e, depois, não eram executadas. É daí que surgiu a ideia do orçamento impositivo, no caso das emendas dos parlamentares. Agora, eu acredito que, se tivéssemos um mecanismo que garantisse que a cidade de Porto Alegre discutisse democraticamente o conjunto das receitas, o conjunto das despesas, o crédito e o débito, e a cidade realmente participasse do debate público, nós teríamos condições de ter uma peça orçamentária controlada pela comunidade, cuja aprovação seria acompanhada atentamente pela população mobilizada. Isso permitiria de nós termos um mecanismo onde, de fato, o orçamento fosse discutido pela cidadania – não é o que ocorre. Nós estamos votando o orçamento no dia de hoje. Estamos votando o que nós faremos com os recursos públicos da cidade, a partir de um plano do governo, sem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): ...que a população de Porto Alegre acompanhe o debate, participe do debate, controle, de fato, as resoluções que a Câmara Municipal está adotando. Evidentemente que nós tivemos lá atrás um avanço em termos de construção do orçamento público, que foi o Orçamento Participativo. Já faz muitos anos que esse avanço, infelizmente, se diluiu. Nós não temos mais, infelizmente, o controle público sobre o orçamento da cidade de Porto

Alegre. Esse é um déficit democrático que nós temos, infelizmente. Os debates que temos feito na Câmara Municipal não conseguem superar. Esse déficit democrático se soma a uma redução de valores para duas áreas importantes: para valorização do serviço público e para assistência social, infelizmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadores e vereadoras, venho aqui fazer uma reflexão sobre o tema das emendas impositivas e das emendas que construímos. Como já foi dito pelos colegas vereadores e vereadoras, é um tema novo que veio até esta Casa e, na sua aprovação, tivemos debates de convergências e divergências.

No momento em que se tornou uma peça oficial da cidade, nós estamos, agora, debatendo a sua concretização. Nesse sentido, eu quero cumprimentar, primeiro, o Ver. Cassio Trogildo, que trouxe o tema para Câmara Municipal; o Ver. Airto Ferronato, que coordena a Comissão de Finanças da Casa; e o Ver. Felipe Camozzato, que assumiu a responsabilidade de relator e que realizou um trabalho técnico muito preciso.

Dito isto, eu gostaria de fazer a seguinte reflexão com os colegas vereadores, porque sobre esse tema das emendas impositivas - Ver. Cassiá, eu lhe ouvi muito quando iniciou - nós precisamos fazer um conjunto de concertações, ainda na política, para que possamos ajudar a qualificar a aplicação dos recursos públicos. Primeiro, 100% dos problemas acontecem no território da cidade, e os vereadores são os agentes políticos mais próximos de cada comunidade. Elas recorrem a nós, trazendo os milhares de problemas que existem na cidade. Conforme é o Poder Executivo ou o prefeito tem maior diálogo ou menor diálogo. Neste momento, o atual gestor público tem uma postura muito ruim em relação ao diálogo com o Legislativo Municipal. Eu falo aqui como oposição, mas isso não é só com a oposição; a situação também aqui reclama dessa mesma postura, de uma maneira geral. Então, nós temos muitas dificuldades, como gestores legislativos, de ajudar a enfrentar os temas e os problemas diversos da cidade de Porto Alegre. Isso se resume no campo do estreitamento da postura democrática do Executivo Municipal neste momento.

O segundo ponto que eu gostaria de trazer aqui à reflexão, Ver. Oliboni, Ver. Adeli Sell e Ver. Marcelo Barbosa, com quem discutimos aqui o tema das emendas em relação ao nosso partido, por que que as emendas impositivas adquirem um papel importante neste momento? Não é só pelo mérito delas, mas também pela desconstituição que o poder Executivo Municipal vem realizando sobre o processo do Orçamento Participativo que foi implantado. E o Orçamento Participativo tinha, como um conjunto de atuação da sociedade, o papel de ser orientador, de ser consultor do Executivo Municipal, e que acabava sendo um orçamento impositivo, criado pela

sociedade, para aplicar nas diversas demandas escolhidas em cada comunidade. E, volto a dizer aqui, é no território do Município que acontecem 100% dos problemas que a população enfrenta. Dito isto, como o atual governo esvaziou o Orçamento Participativo, tirou a credencial do papel de a sociedade participar, tem uma segunda instância aqui, que é a democracia representativa, que vem ajudar a suprir essa demanda, mas ainda não é por completo. Eu registro aqui que sou 100% de defensor da democracia participativa, sou 100% defensor...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): ...Para concluir, Sra. Presidente, sou 100% defensor do planejamento participativo, que foi desconstituído. Então, neste momento, as emendas que nós fizemos são para ajudar o Executivo a ter as demandas diversas. Como 50% delas são para a saúde, cada um de nós fez as suas emendas, Ver. Paulinho. Por exemplo, lá no hospital da Restinga estão falidos os equipamentos para o oxigênio. É importante isso ou não é? É claro que discutimos com a comunidade de lá, buscamos essa demanda ou apresentamos uma emenda assim como diversos colegas vereadores fizeram. Então, eu gostaria de dizer, para concluir, que a outra tarefa que temos agora é no acompanhar, porque tradicionalmente, as emendas normais que nós apresentávamos e aprovávamos, o Executivo normalmente não realizava, então agora o desafio é fazer com que realize.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Bom dia, Presidente Mônica; colegas vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, estamos debatendo o projeto mais importante da Casa, aquilo que será investido, priorizado nas políticas públicas, e efetuado na cidade de Porto Alegre. Estamos tratando do momento especial de uma discussão extremamente importante e fundamental da cidade. Antes de entrar no mérito das emendas impositivas, eu queria cumprimentar os vereadores da CEFOR pelo trabalho que realizaram, especialmente ao relator, Ver. Felipe Camozzato, pelo belíssimo trabalho que foi feito. E cumprimentando os vereadores da CEFOR, o relator, também quero cumprimentar o Sandro, o Luiz Afonso, da diretoria legislativa, que neste tema novo que a gente precisou de muita orientação, sempre tiveram sabedoria e paciência para fazer com que a gente entregasse, na data certa, e que a gente pudesse estar discutindo e tentando aprovar as emendas impositivas. Mas eu falo que é um momento especial, porque, na verdade, vêm os orçamentos para a Câmara, a gente discute, debate, a gente faz as nossas emendas, que nunca são atendidas, e a gente vem e

endossa o orçamento para aquilo que vai ser executado no ano seguinte. E este ano, a gente tem a possibilidade de, de fato, participar da gestão e investir naquilo que nós acreditamos e naquilo que 1,5 milhão da população acredita que nós estamos fazendo aqui, que é representando. Eu, com muito orgulho e com muita tranquilidade, digo que investir as minhas emendas impositivas onde eu sei que o Executivo não vai chegar, e onde eu acredito que podem fazer a diferença, que é nas causas e nas bandeiras que eu trabalho. Quero dar um exemplo aqui, que, nas minhas emendas impositivas, eu aloquei 55% do recurso na saúde; desses 55%, 25% foram para o atendimento neonatal, uma causa que eu acredito e que faz parte do meu mandato. E dizer que 55% desse valor é para o SUS, para aquelas pessoas que mais precisam. Investi 10% na segurança, Ver. Pujol; 5% na prevenção, no fundo da defesa civil, que foi uma luta minha no mandato, na criação do fundo da defesa civil; e os 5% na Guarda Municipal, na segurança do Município de Porto Alegre. Investi 5% no esporte, nas associações que trabalham com jovens em situação de vulnerabilidade, para tentar resgatar esses jovens da droga, do anonimato, e inseri-los na sociedade. E 30% para serem investidos na geração de emprego e renda, que é nisso que nós temos que trabalhar. A cidade empobreceu, e quando cresce o empobrecimento, cresce a desigualdade social...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): ...Como eu estava dizendo, 30% para geração de emprego e renda, porque é o emprego que vai gerar a economia, a riqueza e o desenvolvimento econômico e social do nosso Município. Por isso o investimento nesses valores. Eu espero que seja aprovado, e não só aprovado, mas executado, para o bem da nossa cidade de Porto Alegre. Um bom dia a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 245 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nos 281 e 282 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nos 208, 281 e 448 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger e outros, solicitando que sejam votadas em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 338, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 339 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 344, todas ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 429 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nos 566, 567 e 568 ao PLE nº 021/19.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nos 693, 694, 695, 696 e 697 ao PLE nº 021/19.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 021/19.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, não vou fazer uma análise aqui, como fazia em anos anteriores, do orçamento – que realmente é um valor significativo, são bilhões –, nem da despesa; mas vou falar da nossa atuação e dessa novidade que veio para os vereadores, que são as emendas impositivas, conquista em que o Ver. Cassio teve grande atuação. É uma conquista, mas está prevista na lei.

Também quero falar sobre o Orçamento Participativo. Realmente, o ideal seria que o Orçamento Participativo funcionasse, que tivesse as demandas atendidas; mas, ao longo dos anos, não é o que se tem presenciado. Há grandes assembleias, mas, na hora da execução, acabam nas comissões as reclamações das comunidades. Esse seria o ideal, quem sabe um planejamento maior para escolhermos em quais áreas poderíamos aplicar o valor de R\$ 1,261 milhão, nessas emendas, conforme destina a lei, mas eu acho que cada vereador foi eleito por sua atuação na cidade, por seus conhecimentos da nossa cidade, que tem quase 1,5 milhão de habitantes. Então, nem toda atuação de um vereador vai coincidir com a atuação do outro. Se você foi eleito vereador, você conhece, você tem uma plataforma, você sabe onde estão as necessidades. E essas necessidades, tentamos contemplar. E as grandes preocupações, as grandes demandas, como sempre se ouve nas pesquisas, são a saúde, a educação e a segurança. Pois bem, com essa lei, 50% desse valor os vereadores devem aplicar em saúde. Eu fiz como o Ver. Pablo Mendes, que esteve há pouco aqui na tribuna, apliquei 60% na saúde. Fora as indicações formais, nós indicamos para entidades com utilidade pública, de credibilidade, que atuam com os especiais de 1º, 2º, 3º e 4º. É algo que não devemos esquecer. São pessoas que estão lá – adolescentes, crianças e adultos – que não têm voz, que não têm mais familiares para fazer uma visitação. Então, esta foi a minha oportunidade de auxiliar esta área que sensibiliza todos nós. Não tem um vereador que não se sensibilize com os problemas da área da saúde que são muitos, o sistema não consegue alavancar o atendimento completo, inicia na consulta, mas tem dificuldades de contemplar os exames complementares e até cirurgias. É um problema em nível

nacional. Então, nós aqui na capital pensamos que se somando a outras propostas aqui, pudéssemos fazer algo por esta área. Também não deixamos de fora a área do meio ambiente, a área dos animais que é uma bandeira que temos por mais de 20 anos; e não poderíamos esquecer. Também uma área que precisa ser alavancada com inovações, é a área da cultura - nos preocupamos com a área da cultura. E foi assim que nós desempenhamos esse trabalho, que visa atender aquilo que conhecemos, aquilo que é necessário, sem essa crítica que muitas pessoas fizeram de que seria algo como toma lá, dá cá. Não acredito que, com as novas ações políticas com que se aprendeu no país, nós vamos seguir a linha aqui na Câmara, porque temos bons vereadores. Quero aproveitar e elogiar o trabalho da CEFOR, a coordenação do Ver. Camozzato, é um vereador de primeiro mandato, atuante; que a nossa votação seja rápida, tranquila, e que nós possamos no ano que vem ser contemplados com este encaminhamento, sem nenhum problema, junto ao Executivo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, vou começar, historicamente, aqui, falando de Orçamento Participativo. O PT, quando assumiu aqui, lá com o Olívio Dutra, pegou a criação do Bernardo de Souza, em Pelotas, e colocou a marca dele em cima, falando do Orçamento Participativo, e supostamente, empoderando as comunidades e as pessoas, e vendeu isso com muito *marketing* mundo afora. Na verdade, era uma ferramenta inspirada, historicamente, nos comitês do povo, lá da revolução bolchevique, de 1917, no ideário comunista que o PT tinha, e era uma ferramenta contra o Parlamento, porque retirava dos vereadores a representatividade e dizia que tinha mais legitimidade lá direto nas pessoas. Então, eles defendiam, por exemplo, que uma comunidade poderia destinar o dinheiro do orçamento, mas os vereadores – que eram a democracia representativa –, não, e criaram essa diferença entre democracia direta, que era lá nas comunidades, o povo definindo, e a democracia representativa, que era aqui, com os parlamentares eleitos pelas pessoas. Só que aquela pseudorrepresentatividade daquelas pessoas era falsa, porque o recurso que se discutia, além de ser muito pouco, além de ser uma fração do orçamento, na verdade, muitas vezes era perverso, porque pegava lá em Belém Novo e colocava uma comunidade para discutir o que era mais importante num pouquinho de recurso, se era mais importante fazer uma rua ou reformar uma escola. Isso é uma coisa perversa, e, no final das contas, pouco se fazia disso, pouco se executava, dois ou três por cento, se não menos, do orçamento era de fato objeto do Orçamento Participativo. Mas se vendeu para fora, inclusive para universidades nos Estados Unidos e mundo afora, de que aquilo era uma grande ferramenta de empoderamento do povo, e que em Porto Alegre era o povo que estava decidindo o dinheiro e os recursos para onde iam. Era mentira. Era mentira. Mas, enfim, eu acho que, de fato, é preciso ter uma ferramenta assim, que

ouça as pessoas, mas nada disso substitui o papel do vereador e nem o do prefeito. O prefeito, quem quer que seja, tem a obrigação de caminhar pela cidade, de ir nas comunidades, de ir nas ruas, de ir nas vilas, ver a falta de saneamento básico, ver as escolas destruídas, ver o buraco da rua, ver o esgoto correndo a céu aberto, ver a falta de titulação para fazer regularização fundiária, e resolver essas coisas, reunido com a comunidade e ouvindo a comunidade. Mas quem faz isso também, e muito, e deve fazer, é o vereador, é o parlamentar. Eu sempre fui parlamentarista, portanto eu acho que isso que nós chegamos aqui hoje é um avanço. Eu, durante muito tempo, propunha, como vários dos senhores aqui, emendas ao orçamento. Aí chega no ano seguinte, não há a implementação da emenda que foi feita. Então o cara botava 500 lixeiras, ou botava uma rua, ou botava alguma outra questão no orçamento, o Executivo simplesmente não cumpria, e o vereador ficava desmoralizado junto à comunidade, porque ele ia lá, prometia, dizia que tinha colocado no orçamento e, no ano seguinte, nada acontecia, e o problema era do parlamentar. Eu acho que na democracia que nós vivemos, esses dois poderes são aqueles poderes legitimamente eleitos, são os representantes: o prefeito, pelo Executivo, e os vereadores, pelo Legislativo. Então, este ano, eu quero cumprimentar o Ver. Cassio, que chega aqui no plenário agora, nós tivemos um grande avanço, um avanço histórico que é este de nós termos as emendas impositivas. Muitos criticaram, muitos disseram que isso poderia ser uma ferramenta de clientelismo, de fisiologismo, e eu quero afirmar, de forma cabal, com absoluta convicção, que não. E digo, por exemplo, o meu caso, e estou ouvindo o caso dos outros vereadores, eu destinei aqui R\$ 500 mil para o Hospital de Pronto Socorro, era metade do que eu podia; eu destinei R\$ 100 mil para a Santa Casa e destinei mais alguma coisa para o Hospital Vila Nova. Esse dinheiro vai chegar lá, esse dinheiro é obrigado a chegar lá. Havia um elevador no Hospital de Pronto Socorro que, há anos, estava estragado e, graças a esses R\$ 500 mil, que eu estou podendo agora destinar, assim como os senhores vereadores, vai ser consertado o elevador do Pronto Socorro. Eu vou a creches todos os dias, a instituições comunitárias. Vou hoje na Pequena Casa da Criança, que vive com muita dificuldade lá, na Vila Maria Degolada - vamos dar um recurso de R\$ 50 mil para eles. A orla aqui, agora, pude destinar dois quadriciclos para a Guarda Municipal, para a Guarda fazer o quê? Fazer o patrulhamento da orla municipal. Vou nessas creches todo dia, destinei dinheiro para comprar, às vezes, material de cozinha para as creches, porque é importante a merenda para as crianças. E eu tenho certeza que, a partir da emenda impositiva, isso vai ser atendido. Saneamento básico - tenho chegado em comunidades onde o esgoto está aflorando a céu...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): ...Às vezes, não é muito recurso, R\$ 20 mil, R\$ 30 mil, R\$ 40 mil, é fazer uma canalização de 70 metros de esgoto. A gente colocava nas emendas e nunca executavam. Agora, eu tenho certeza

que, das que eu conheço, dos lugares para aonde eu vou, onde eu sei que o problema é grave, está lá uma emenda de R\$ 30 mil, R\$ 40 mil, R\$ 50 mil para tirar aquele esgoto a céu aberto, que está entrando numa escola, por exemplo. Então, essa é a tarefa. Essa é a tarefa do parlamentar. Eu agradeço muito ao Ver. Idenir Cecchim, que me cede o tempo dele. E o que eu pude ver aqui é que cada um dos senhores vereadores está fazendo isso. Isso está nos dando a possibilidade de nós legitimarmos a nossa atuação parlamentar e de nós confirmarmos aquilo que sempre se disse, que o vereador é o agente político que está mais próximo da comunidade. Se o vereador não estiver próximo da comunidade, as senhoras e senhores tenham a certeza...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Se o vereador não estiver próximo da comunidade, não tiver trabalho social, não tenham dúvida, ele não se reelege. Agora, dizem que isso, de novo, pode gerar clientelismo e fisiologismo. Poxa, as ferramentas de fiscalização eletrônica estão aí, a mídia está aí. Não se pode, *a priori*, como jornalistas amigos meus, como o Milton Cardoso, usar o seu instrumento da rádio para, *a priori*, volto a dizer, criticar, dizendo que isso é errado, que o vereador não pode ter essa ferramenta. O vereador não só pode como deve. Eu sou da escola política aqui do Rio Grande do Sul que vem lá de trás, de Assis Brasil...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não quis falar de Bagé; o Assis Brasil é ali de Pedras Altas, que falava do parlamentarismo, e lá de Bagé, o Gaspar Silveira Martins, que foi o senador do império. O parlamento tem o seu papel, o parlamento tem a sua função, o parlamento é, hoje, infelizmente, por equívocos, por erros de políticos Brasil afora, uma instituição desprestigiada. A gente precisa recuperar o prestígio dos parlamentos, e recuperar o prestígio dos parlamentos é poder ter efetividade na vida das pessoas, é fazer a mudança para melhor na vida das pessoas, é poder estar no dia a dia – está aqui o sindicato das bancas de jornais e revistas –, na vida de quem está trabalhando ali na banca, na vida de quem está trabalhando na creche, na vida de quem está trabalhando no comércio, na vida de quem está usando o transporte coletivo. Esse é o papel do vereador na cidade, e a mudança do orçamento, o orçamento impositivo, está nos permitindo isso, que a gente olhe o problema e que a gente aponte a necessária correção naquele problema. Então é um avanço importantíssimo. Eu fico muito feliz com isso, e fico feliz de poder estar, na prática, levando adiante essa ferramenta, para ajudar essas instituições, essas entidades, as iniciativas de que tanto precisam. O vereador aqui falou da importância, Mendes, do pré-natal, vai poder destinar recurso; se a minha função for a educação, vou poder destinar recursos para as creches, para as escolas. Todos nós aqui, a metade, para que as pessoas que estão nos

assistindo e que não saibam, a metade, nós temos que, por força de lei, destinar para a saúde. Então nós estamos alocando muitas vezes em locais que a gente queria que um posto de saúde, por exemplo, tivesse uma reforma, e o posto não tinha. Agora vai ter. O Ver. Cláudio Janta, por exemplo, botou uma emenda para cuidar da questão do autismo. Eu, praticamente em todas as creches que vou em Porto Alegre, encontro, no mínimo, uma criança autista dentro da sala de aula. Não tinham até hoje a devida atenção. Nós vamos ter um centro, com a emenda de um vereador, de atendimento para isso. Para o idoso, Ver. Freitas, nós vamos poder ter políticas para o idoso a partir das emendas que os senhores vereadores estão fazendo, garantindo recursos para isso. Antes, sim, era o verdadeiro clientelismo. A gente tinha que ir lá na porta do prefeito, ou do presidente da república, com o pires na mão, pedindo: “Pelo amor de Deus, me dê um recurso para aquela entidade que eu ajudo, que faz um grande trabalho social, e que não tem recurso”. Agora, nós vamos ter a possibilidade, de fato, de ajudar essas entidades. Esse é um grande avanço que nós estamos fazendo, eu quero cumprimentar a todos que se empenharam, que trabalharam. É óbvio que essa ferramenta, como outras tantas, merece e precisa de aperfeiçoamento, mas eu quero dizer, por último, o seguinte: quem quer que seja, no futuro, que chegue ao Executivo, tem que respeitar o Parlamento, e tem que ter essa atividade de interação com os parlamentares. Porque, volto a dizer, aquele que mais conhece ou que, pelo menos, mais deve conhecer a cidade e mais deve estar sensível aos problemas das pessoas, e as pessoas vivem na cidade, tem que ser e deve ser o vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente. Saudar os colegas vereadores, público nos assiste na TVCâmara e nas galerias. Gostaria de iniciar minha fala, saudando a fala do Ver. Valter, porque foi muito feliz ao destacar o papel do Parlamento nesse processo orçamentário. Assim como eu conversava com outros parlamentares, inclusive com o Ver. Prof. Alex, com o Ver. Robaina, que são de partidos dos quais eu, o Ver. Valter e tantos outros vereadores, divergimos. Mas nós concordamos numa coisa: que aqui neste Parlamento municipal está representada a população de Porto Alegre. Aqui nós temos 100% dos votos distribuídos nas diversas bancadas, diferentemente do Executivo, que propõe o orçamento e que é eleito por 50% mais um; no Parlamento nós temos a cidade de Porto Alegre representada. E, com um instrumento como as emendas impositivas bem utilizado, acho que nós temos aí um potencial de transformação da cidade muito grande. Ao relatar o orçamento deste ano, Ver. Paulinho, fiquei muito feliz ao analisar uma a uma das emendas dos colegas vereadores, e não foram poucas, foram mais de 800 emendas, foram 787 emendas parlamentares de execução impositiva, porém, muito embora o volume possa assustar, são emendas que beneficiam, na sua maior parte, a população, que chegarão até a ponta,

até o cidadão, e que, ao final de 2020, mostrarão para Porto Alegre que existe uma forma alternativa de gerenciar os nossos recursos e de fiscalizar o seu controle. Então, acho que nós temos uma grande oportunidade, enquanto Parlamento municipal, de mostrar para a cidade que é possível descentralizar uma parte pequena do orçamento, e empoderar o cidadão de Porto Alegre nas suas comunidades, na ponta, de quem demanda serviços públicos dos mais diversos e complexos, Ver. Mendes Ribeiro, como estão representadas nas emendas impositivas, para que recebam esses recursos.

O orçamento veio com uma receita corrente estimada em R\$ 7,5 bilhões para o ano de 2020, uma projeção de déficit de R\$ 336 milhões, e me causou uma certa estranheza, no decorrer do processo de relatoria, ter visto na imprensa a afirmação de que se espera um superávit de R\$ 42 milhões, uma vez que o orçamento estava sendo relatado com uma projeção de déficit. Apesar dessa questão, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos os colegas vereadores, suas equipes, a CEFOR, aos servidores da Casa, que nos ajudaram a fazer vencer, em 48 horas, um prazo bastante reduzido, a relatoria do orçamento e disponibilizar aos colegas aqui para que possamos hoje iniciar esta votação.

Acho que nessas 839 emendas que totalizaram neste orçamento, sendo 787 delas impositivas, 47 parlamentares e 5 populares, nós temos quase todas, senão a totalidade, das áreas que a Prefeitura cobre. Temos um grande espectro de entidades de utilidade pública que serão contempladas e que atendem demandas muito importantes, seja de educação, seja de saúde, seja de esporte e lazer, enfim, para nossa população. Então, acho que vai ser um processo muito interessante e, ao contrário do que muitos temem, temos condições de avançar de maneira rápida nesta votação. Vejo que alguns vereadores estão fazendo o instrumento de destaque das suas emendas, o que é meritório. Em 48 horas é possível que tenhamos deixado passar algum ou outro ajuste a ser feito e melhorado, então acho que é dever dos parlamentares olhar para esse relatório com carinho, para que possam fazer os efetivos destaque naquilo que acham que pode ser melhor debatido. Mas, enquanto relator, tenho o dever de defender a relatoria, defender também o instrumento, pelo qual a minha equipe muito se dedicou e fez um excelente trabalho, um trabalho de muita competência junto com as demais assessorias que colaboraram, para que nós tivéssemos regras claras, critérios bem definidos, que eu apresentei aqui na sessão anterior, que relatasse, então, a sua aprovação e as devidas rejeições conforme nós apontamos os objetos que motivaram as mesmas.

É importante destacar a todos os vereadores que todas as rejeições realizadas foram, antes disso, apontadas para todos os gabinetes, para todas as assessorias, para que pudessem ter a sua correção feita naquilo que cabia. Nós não teremos problemas também em reconhecer eventuais erros, eventuais problemas oriundos de alguma má interpretação ou mesmo deixar passar algum número. Vale lembrar que em 48 horas, de fato, o prazo foi muito exíguo para analisar mais de 930 proposições, que serão apreciados aqui, então pode ser que uma coisa ou outra tenha deixado passar. Mas, no final das contas, acho que nós temos um bom relatório, acho que nós temos boas emendas, acho que nós temos um grande potencial de fazer uma

transformação muito interessante para Porto Alegre no ano seguinte, no ano de 2020, com esse orçamento; espero que, no decorrer da votação do orçamento, consiga ficar muito claro a todos os parlamentares, cidadãos, imprensa, o potencial que o orçamento impositivo tem para a nossa cidade, como ele foi utilizado por este Parlamento, pelos diversos vereadores, especialmente no caso de alguma incorreção, no caso de algum problema verificado, que a gente trate de maneira individual e isolada, como esses casos merecem, porque não dá para a gente pegar e tratar todo o orçamento ou todo esse conjunto de emendas como algo de premissa ruim, maléfico e potencialmente destrutivo. Acho que não é por aí, acho que nós temos um bom instrumento que, na sua maior parte, vai beneficiar a população. Então, agradeço a todos os parlamentares e a esta Câmara pelos trabalhos. Desejo que tenhamos uma boa votação ao longo dos próximos dias, obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Felipe Camozzato.

Aprego e defiro o requerimento de autoria do Prof. Alex Fraga e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 718 a 724 ao PLE nº 021/19.

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Bom dia, colegas vereadores, nesta manhã de quinta-feira se discute o projeto mais importante que esta Casa anualmente enfrenta: o orçamento do Município. Se tem algo que está sendo reproduzido nos últimos anos, sem dúvida alguma, é o exercício que as prefeituras têm feito no Brasil em tentar buscar o equilíbrio nas suas contas, haja visto que os municípios perderam muitos recursos com a crise, que os impactou muito. De 2015 para cá, os municípios vivem uma situação realmente difícil, a qual percebemos por onde passamos, em qualquer lugar deste País. Eu estive recentemente no Rio de Janeiro e em Salvador, percebi que, mesmo com todo empenho do País, as Prefeituras foram muito impactadas com essa crise, diminuindo os serviços, que é o que estão fazendo os Executivos e os Parlamento para que possam buscar esse equilíbrio e a capacidade de investimento novamente. Então, quero dizer aqui à situação, aos parlamentares que compõem a base, que nós todos conhecemos os desafios que os prefeitos têm, e que nós aguardamos, ainda, uma reforma tributária que possa melhorar a saúde financeira dos municípios, porque é na cidade que nós vivemos, é na cidade de que nós necessitamos e demandamos diariamente, seja de saúde, seja de infraestrutura, seja de serviços que melhorem a vida do cidadão. Então, quero dizer que conheço bem o cenário da complexidade das finanças municipais e reproduzo aqui, porque, embora o governo tenha mandado um projeto de lei com déficit orçamentário na casa dos R\$ 330 milhões, não é aquilo que o prefeito tem reproduzido em alguns órgãos de imprensa, quando se

dirige a órgãos da mídia, da imprensa do centro do País, os números são outros. Eu quero aqui referir que, embora o governo apresente esse déficit, não é isso exatamente que o governo, o prefeito tem dito ao centro do País. No entanto, o que há de novidade é a aprovação, na verdade, a criação das emendas impositivas, que dá a cada um de nós, vereadores, R\$ 1,3 milhão para poder transferir 50% do valor para área da saúde e 50% livre. Eu quero dizer para vocês que aprovei, votei a favor, nunca me detive a apresentar emendas ao orçamento, porque tínhamos o Orçamento Participativo, havia um incentivo para que as pessoas pudessem aprovar suas demandas, e eram entregues aqui ao Presidente da Câmara. Então, era um orçamento feito juntamente com os delegados e os conselheiros do OP, o que a mim me satisfazia, porque, democraticamente, as pessoas ali decidiam. Esse processo foi esvaziado, e aprovada aqui na Câmara, e eu não sei o resultado disso. Mas eu vejo com otimismo, com expectativa de que os recursos encaminhados por nós possam, realmente, chegar a demandas extremamente importantes. Por exemplo, eu estou encaminhando para a UBS do Campo Novo a aquisição de mobiliário por parte da Saúde; para o Hospital Vila Nova a aquisição de um elevador por meio de uma emenda de R\$ 200 mil; para o Hospital da PUC relativa à incubadora; para a Santa Casa; para o PSF da Ilha Grande para a aquisição de um gerador, que é tão necessário na ilha. Detive-me muito a recursos, e aí fiz muitas emendas, porque tentei contemporizar ou chegar ao maior número de creches conveniadas do Município, para que possam fazer a aquisição de material, de equipamentos necessários para renovação do seu mobiliário.

Então, priorizei a educação e a saúde, na intenção de que os recursos que estão na prerrogativa desse Vereador, através de emendas, pudessem chegar ao maior número de instituições que, realmente, precisam, que necessitam, que estão lá na ponta, lutando, no seu dia a dia, para poder entregar o serviço de mais qualidade.

Os resultados veremos ao longo do ano de 2020, mas com um certo otimismo e com grande expectativa dessas entidades que aguardam esses recursos, para que a gente possa, enfim, melhorar a vida do nosso cidadão, cumprindo o nosso dever de vereador. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra discutir o PLE nº 021/19.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, vereadores e vereadoras. Vereador Mendes Ribeiro, presidente em exercício, eu gostaria de abordar um assunto que, talvez por eu ser jornalista, pela minha origem da comunicação, deixa-me extremamente preocupada. Quando eu vejo, na imprensa, algum comunicador levar para milhares de gaúchos a informação errada. O Ver. Valter Nagelstein ocupou a tribuna e iniciou esse assunto. Eu quero reforçar o que ele falou, mas indo além, explicando que, com muita surpresa... Falo isso com conhecimento de causa, porque sou jornalista e pós-graduada em ciência política. Já trabalhei numa rede de

comunicação por dois anos, em programa de rádio, em programa de televisão, e a pessoa, o profissional da imprensa tem que ter muita responsabilidade quando utiliza o microfone e joga para milhares de gaúchos informação errada. Eu não sei se é má-fé ou se é falta de conhecimento mesmo. Dias desses, eu escutei o jornalista Milton Cardoso utilizar o microfone para dizer que estes vereadores que aqui estão têm R\$ 1,2 milhão para distribuir para os seus eleitores. “Vejam bem, escutem senhores cidadãos para não votarem mais nesses vereadores que têm R\$ 1,2 milhão nas mãos para sair distribuindo para os seus cabos eleitorais, seus eleitores!”

Ora, senhores, eu acho que até a minha neta, que tem dez anos, sabe o que é uma emenda impositiva - projeto do Ver. Cassio Trogildo, que fez muito bem em trazer essa necessidade para o Legislativo. Uma emenda impositiva é uma indicação! Ninguém pega R\$ 50 mil, R\$ 100 mil, seja lá quanto for, para sair dando dinheiro na mão de uma pessoa, de um eleitor ou de um cabo eleitoral. Indica-se para onde vai esse valor.

Agora, por que isso? Por que essa irresponsabilidade ou essa falta de conhecimento? Ou essa má-fé? Isso é muito ruim! Ruim para nós, como jornalistas, porque existe a generalização. As pessoas saem por aí detonando vidas, vidas públicas! O que um político - como nós - tem de mais sagrado é o seu nome, é a sua credibilidade. E nós não podemos deixar, de forma alguma, que alguém tente passar esse discurso completamente errado, maldoso. Então, eu resolvi usar esta tribuna para dizer que nós temos, sim, que explicar, todos os dias se possível, e eu estou fazendo isso agora, e vou continuar, para desfazer essa tentativa.

E sobre as minhas emendas, a maioria das minhas emendas foram pedidos que eu recebi. Saibam os senhores que são 22 emendas; são 16 emendas impositivas e seis emendas comuns, sendo que apenas duas emendas comuns foram aprovadas. A maioria das minhas emendas é de pedidos que eu recebi, como, por exemplo, do Hospital de Pronto Socorro, que eu enviei, indiquei R\$ 340 mil. E sabem o que eu fiz? Consultei a Secretaria da Saúde, a assessoria técnica da Secretaria da Saúde para que ficasse de uma forma muito correta e chegasse na ponta de quem realmente precisa. A assessoria técnica da Secretaria fez um ótimo trabalho, aprovou essa aquisição de equipamentos completo de videolaparoscopia, R\$ 340 mil. A assessoria técnica também foi consultada em outras questões, como a aquisição de um ventilador pulmonar e dois monitores fetais na área da saúde, tudo com muito juízo, com muita responsabilidade. Então eu não vou admitir de maneira alguma que quem quer que seja leve para o povo gaúcho...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): ...uma fala completamente desprovida de conhecimento. E eu aconselho a todos os senhores, e como Presidente desta Câmara vou me dedicar a fazer a imprensa, daqui até o último dia desse ano,

explicando que não existe a menor possibilidade de um vereador pegar este valor e sair distribuindo como esse jornalista quis passar no seu programa na Rádio Bandeirantes, numa noite dessas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

Apregoo e defiro o requerimento de autoria do Ver. José Freitas e outros, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 778 ao PLE nº 021/19.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Mendes Ribeiro, presidindo a sessão neste momento; senhoras vereadoras e senhores vereadores; povo de Porto Alegre, não é comum que tenhamos a prova documental da mentira na vida política. Não é comum, pois há poucos dias, no dia 18 de novembro, no jornal Estadão, o prefeito de Porto Alegre anunciou: “Porto Alegre reverte rombo fiscal de uma década com medidas do pacote de Paulo Guedes”. E diz: “Para 2020, a estimativa é fechar com superávit de R\$ 42,7 milhões”. O prefeito de Porto Alegre vai ao jornal Estadão e diz que Porto Alegre terá, em 2020, superávit de R\$ 42 milhões. Os 16 volumes do orçamento encaminhado a esta Câmara dizem que Porto Alegre terá um déficit de R\$ 336 milhões. Para quem Marchezan mentiu? Para o jornal Estadão ou para a Câmara de Porto Alegre, para o povo de Porto Alegre através do orçamento? Onde está a mentira? Para quem ele mentiu? Serão R\$ 42 milhões de superávit ou R\$ 330 milhões de déficit? Um dos dois está errado. Como disse Churchill: “A mentira dá a volta ao mundo, antes que a verdade tenha tempo de vestir as calças”. Logo a notícia do superávit se espalhou: G1, outros portais de notícias citam a grande qualidade da gestão financeira de Porto Alegre, que saiu do déficit para o superávit. Ora, não é o que diz o orçamento que estamos prestes a votar. O que isso mostra, na verdade? Mostra a técnica orçamentária que foi implementada pelo Sr. Prefeito desde o primeiro orçamento que enviou a esta Casa: inflando as despesas para aumentar o déficit, fazendo o discurso de crise, e depois plantando na imprensa a ideia de que ele resolveu a crise da cidade.

A execução orçamentária do Município conta essa história. O primeiro orçamento de Marchezan veio para a Câmara, se não me engano, com R\$ 800 milhões de déficit; executados R\$ 300 milhões. Ora, uma diferença de R\$ 500 milhões – meio milhão de reais! O segundo orçamento que veio para Câmara agravou o discurso do déficit do prefeito: “A cidade está quebrada!” E o orçamento mostrava um déficit de R\$ 930 milhões; quanto foi executado? R\$ 75 milhões. Ora, uma diferença de R\$ 850 milhões! Por que essa mentira? Para disfarçar a incompetência. O mato está crescendo na cidade? “Não é culpa minha, é o déficit.” A educação sofre? “Não é culpa minha, é o déficit.” Os postos de saúde estão caindo aos pedaços, as escolas estão caindo aos pedaços? “Não sou eu, é o passado da cidade que me levou o déficit.” Qual era o déficit?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Aprendeu com o Lula, diz o Ver. João Bosco Vaz! Qual era o déficit no ano passado? R\$ 75 milhões! Um pouco mais de afinco na gestão teria resolvido. Agora diz o prefeito que teremos superávit. Claro! Temos um evento, um encontro marcado com a população no ano que vem, nas urnas; temos um encontro, nas urnas, marcado com a população, e é hora de o prefeito dizer que resolveu o problema da cidade. Caminhem na cidade, dirijam pela cidade, vejam o asfalto, a capina, os postos de saúde fechados e digam se prefeito resolveu o problema da cidade. Que grande gestor! Anunciou um déficit falso para, agora, na boca da eleição, dizer que resolveu o déficit. Não passará este discurso, nós sabemos o que estamos votando.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Ricardo Gomes prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel, obrigado, Ver. Mendes Ribeiro. Está escancarada, portanto, a estratégia orçamentária feita pelo Sr. Prefeito: transformar o orçamento de Porto Alegre numa peça eleitoral, o conjunto orçamentário da gestão Marchezan é uma história narrada, é uma história escrita para levá-lo à reeleição, mas a cidade está vendo, qualquer atraso nas entregas contidas por tanto tempo e organizadas para serem entregues no ano que vem mostrarão o que aconteceu na cidade.

Diz o prefeito que a Carris agora dá lucro, mas há previsão no orçamento para suprir um prejuízo da Carris! Diz o prefeito que o aumento do IPTU será de R\$ 68 milhões, neste ano. As primeiras apresentações apontavam um aumento de quase R\$ 200 milhões na arrecadação do IPTU. Dezembro nos dirá! Dezembro e janeiro dirão qual é o verdadeiro tamanho. O prefeito também diz que resolveu o problema de gestão da empresa Carris. E a empresa Procempa? São R\$ 28 milhões de prejuízo previsto no orçamento. Por que essa capacidade de gestão tão grande não atingiu a todas as esferas do Município, foi concentrada apenas na Carris? Talvez porque o prefeito tinha se comprometido a vendê-la e precisava desfazer mais uma promessa da campanha. Então nós lamentamos muito, muito que a decisão orçamentária tenha sido uma decisão eleitoreira. Por que não dizer a esta Câmara o que disse ao Estadão? “Teremos R\$ 42 milhões de superávit. Srs. Vereadores, ajudem a governar, ajudem a fazer Porto Alegre melhor. Vamos alocar esse recurso para o bem da população”. Não, continuará dizendo “há uma crise, há uma crise” e gastará o dinheiro onde bem entender. Que bom que temos as emendas impositivas para, pelo menos um pouco, influir no orçamento.

Das minhas, quero prestar contas do que fiz. Primeiro, uma emenda para a Guarda Municipal para aquisição de equipamentos, coletes salva-vidas, armamento e munição. A segurança pública é uma necessidade em Porto Alegre. Também para a Guarda Municipal, especialmente para ajudar no patrulhamento da orla, onde mais de

um crime bárbaro já aconteceu desde a sua inauguração, a compra de bicicletas elétricas e de diciclos elétricos para o patrulhamento da orla. Por fim, nas emendas para a saúde, a aquisição de cinco respiradores infantis para o Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, uma medida que salvará vidas – respiradores para recém-nascidos. Também próteses locomotivas, cadeiras de rodas, muletas e bengalas para os pacientes hospitalares, que o Ver. João Bosco Vaz também aportou, somando um valor significativo nessa demanda. Às vezes, um leito não pode ser liberado na cidade porque falta uma cadeira de rodas para que o paciente possa liberar o leito. A terceira: aquisição de testes da fita para detecção de sangue nas fezes que é a prevenção do câncer de intestino e das vias estomacais, que é o tipo de câncer que mais mata em Porto Alegre. Os vereadores estão alocando e tratando com responsabilidade o orçamento do Município de Porto Alegre. É uma pena que o Executivo Municipal também não o faça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Ricardo Gomes. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Ver. Mendes Ribeiro, que preside esta sessão; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público em geral. Primeiramente, eu queria parabenizar o Ver. Camozzato e sua equipe pelo brilhante trabalho que realizou, e também o Ver. Cassio Trogildo pela proposição do tema.

A Emenda nº 429, de minha autoria, tem o intuito de destinar verba para compra de um equipamento de raios X para o Sesc. O Sesc possui convênio com Município de Porto Alegre e é uma entidade privada de interesse social cuja utilidade pública é inegável, conforme diversos julgamentos no STJ e no TRF. Portanto, o fato de não haver uma lei em Porto Alegre reconhecendo isso, não impede a aprovação dessa emenda. Esse equipamento ficará na unidade de saúde do Sesc, no centro da cidade, que fará atendimentos gratuitos, atendendo às necessidades da população.

Assim como esta emenda, destinamos mais 18 emendas para entidades que necessitam de melhorias, sendo mais de 50% na área da saúde, contemplando esta que é uma das áreas de maior necessidade, como por exemplo, a Kinder, a Cerepal, o ICD, que é o Instituto da Criança com Diabetes, o Hospital Vila Nova, o Hospital Restinga e Extremo Sul, o projeto Surfar, que faz um trabalho maravilhoso com crianças e adolescentes, a Casa Menino Jesus de Praga, que atende a crianças especiais, a AACD, a Fadem, que também trabalha com crianças com vulnerabilidade social, creches como a Algodão Doce e a Balão Mágico, que se localizam na Lomba do Pinheiro e que fazem um trabalho com o Sase e tem uma necessidade de ajuda, por que atendem mais de 260 crianças, a PUC e outras entidades, visando sempre melhorias. Devo crer que todos nós, vereadores, trabalhamos pensando única e exclusivamente na nossa cidade e nas nossas comunidades como um todo. Fui questionada por um *site* sobre o que o povo pensaria com relação às medidas quanto ao próximo ano, que é um ano eleitoral. Respondi que a

destinação das emendas fica a cargo de cada vereador. Ao final desses investimentos, o povo saberá distinguir quem usou as verbas para o bem e quem usou em caráter eleitoreiro. A nós, enquanto vereadores, enquanto representantes legais, cabe fazer o melhor. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19, por cedência de tempo do Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Pablo Mendes Ribeiro, conduzindo os trabalhos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, permitam-me iniciar a minha fala citando o grande Ramiro Barcellos que foi senador da República pelo nosso Estado e que era um grande literato, que assinou um magnífico texto chamado Antônio Chimango, com o pseudônimo de Amaro Juvenal. Peço licença, porque essa parte do poema tem tudo a ver com os dias atuais. Ramiro Barcellos se dirigia evidentemente ao caudilho Borges de Medeiros para fazer uma bela provocação nos versos que seguem (Lê.): “Quando um erro cometeres,/(O que bem se pode dar)/Não debes ignorar/Como se sai da rascada:/A culpa é da peonada,/O patrão não pode errar./ Quando vires um peão,/Mesmo o melhor no serviço/Ir pretendendo por isso/Adquirir importância,/ Bota pra fora da Estância/ Mas, sem fazer rebuliço.” É assim que o Ramiro Barcellos se dirigiu ao caudilho Borges de Medeiros.

Há pouco ouvimos o colega Ricardo Gomes se dirigir ao caudilho do Paço Municipal com uma grande diferença, porque, no final dos versos de Amaro Juvenal, na verdade Ramiro Barcellos, senador da República pelo Rio Grande, bota pra fora da estância, mas sem fazer rebuliço. Este caudilho fez rebuliço, fez reboliço. Até há pouco, o vice-prefeito era o vice-prefeito, era aliança com o Partido Progressista ou os progressistas. Foi discordar e ele foi fazer rebuliço na mídia local, muito rebuliço. Eu acho que eu vou, no sábado, circular pelos sebos da cidade para ver se eu acho um exemplar da obra Antônio Chimango, porque eu tenho um em casa, que eu nem quero tirar cópia, porque sou contra este negócio de tirar cópia de obras de arte, mas eu acharei ou vou, na Estante Virtual, achar um volume do Antônio Chimango. Vou mandar para o prefeito municipal a literatura do passado, dos homens de fibra do passado, isso que o Ramiro Barcellos era, Ver.^a Karen, do partido do Borges de Medeiros, mas tinha fibra, tinha coragem, tinha determinação. E é por isso, em homenagem, inclusive, ao Ricardo Gomes, que eu faço questão de citar esse poema do Ramiro Barcellos. Ramiro Barcellos, que assinava, na época, com o pseudônimo Amaro Juvenal; este Ramiro tinha, Ver. João Bosco Vaz, este Ramiro de nome Barcellos, tinha fibra, tinha coragem, não amarelava para o caudilho, Ver. Mauro Zacher. É por isso que nós estamos aqui a debater, a discutir. Nós estamos aqui no Plenário Otávio Rocha, e como se chama este palácio, Ver. Mauro Zacher? Aloísio Filho, um vereador do 4º Distrito, de fibra, de determinação, como V. Exa. tem mostrado aqui em alguns

momentos, que precisamos ter vereadores que conheçam a sua cidade, que tenham determinação e que possam discutir o orçamento, não uma peça de ficção. Não foi gratuito que eu peguei uma peça de ficção, de grande qualidade literária, do Ramiro Barcellos, para discutir uma peça de ficção de quinta categoria, que é o orçamento que nos trazem aqui que, na verdade, não passa de uma ópera bufa. Obrigado. Obrigado, mesmo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado Ver. Adeli Sell. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 021/19.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Bom dia a todos aqui presentes que nos acompanham, Ver. Mendes Ribeiro; por óbvio, venho aqui para fazer esclarecimentos, ponderações, dar respostas ao que eu chamo de desonestidade intelectual dos vereadores que subiram aqui, rotulando o prefeito Marchezan como um prefeito que estaria mentindo números. O Ver. Ricardo Gomes, que foi ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, deveria saber muito bem a diferença entre tesouro e orçamento – lamento profundamente. Eu não domino, Ver. Idenir Cecchim, não sou economista, mas me fiz valer da presença de alguns integrantes da Secretaria da Fazenda, para poder subir aqui, dividir e tentar falar para as pessoas que acompanham pela TVCâmara, para as pessoas que estão nas galerias, que são contribuintes desta cidade. Quero deixar claro que não foi só para o jornal Estadão que o prefeito disse isso; também foi para a revista Isto É. Na verdade, primeiro tem que se informar melhor o Ver. Ricardo, e quero deixar claro que a imprensa escreve do jeito que desejar, mas o que ela está noticiando de previsão de superávit de R\$ 40 milhões a quarenta e poucos milhões é o tesouro. No tesouro, a gente está recuperando os déficits de uma década, e existe previsão, sim, de superávit, ponto! Isso é matemático, é econômico, não adianta subir aqui e aproveitar que talvez 95% da população que paga os tributos não saiba a diferença entre tesouro e aquelas pastas que estão ali, que é o orçamento. O que é o orçamento, que é deficitário? É a previsão de receitas extraordinárias, que não é o que o tesouro prevê.

Ali no orçamento, nós temos receitas extraordinárias que, caso elas não ocorram, Presidente Mendes Ribeiro, nós ter contingenciamento. Então, me desculpem, eu vim à tribuna, tranquilamente, para pedir para os pares coerência, pedindo para gente ignorar discursos eleitorais, para parar de jogar com a comunicação, visando eleitor. Aí eu venho à tribuna e digo: “O Prefeito está mentindo”. Pego um papel e mostro que há superávit, que o orçamento é deficitário. Tesouro é uma coisa, orçamento é outra. Não queria eu, que não fui secretário do Desenvolvimento Econômico, subir aqui para fazer este esclarecimento ao ex-secretário de Desenvolvimento, o Ver. Ricardo Gomes, e tampouco vir aqui dizer para um ex-comandante da SMIC, o Ver. Adeli, da bancada do PT, da oposição, para pararem de tentar fazer isso com as pessoas que não sabem essa

diferença. Os senhores entram na vala do populismo e da desonestidade intelectual. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Moisés Barboza. Não há mais quem queira discutir a matéria. Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. Está suspensa a sessão.

(Suspendem-se os trabalhos às 11h50min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 11h52min: Estão reabertos os trabalhos.

Em votação a Emenda nº 133, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Moisés Barboza, eu sei que V. Exa. é vice-líder do governo, é do partido do prefeito e tem obrigação de defendê-lo aqui e em qualquer circunstância. Entendi a sua explicação da diferença entre o orçamento e o tesouro, sei muito bem que, quando a Prefeitura quer mostrar um déficit ou outro, ela joga com os dois dados, sei a diferença, e o senhor disse que foi um ato de desonestidade intelectual. Eu quero lhe dizer que vou ser extremamente honesto intelectualmente, porque eu participei das reuniões da elaboração do primeiro orçamento que o prefeito Marchezan mandou para essa Câmara. A orientação – não sei se algum outro secretário está presente, são 40 ex-secretários, talvez tenha algum aí pela galeria – que vinha do Paço Municipal era a seguinte: “Não tem dinheiro, mas orcem a cidade ideal! Orcem a cidade que seria o sonho do porto-alegrense”, e os secretários diziam: “Prefeito, não haverá dinheiro”. Ele dizia, da boca do prefeito ouvi isso: “Se há um desonesto, não sou eu” – da boca do prefeito –, “orcem a cidade ideal, para que o orçamento dê grande, e o buraco nós vamos mostrar”. E mais: ele escolhia setores da sociedade para penalizar. “Os ricos têm que saber que Porto Alegre está quebrada!” Desonestidade intelectual não é sua, vereador. Eu não lhe atacaria pessoalmente, jamais! Desonestidade intelectual é esburacar voluntariamente a cidade, e, no último ano, tirar a Divisão de Conservação de Vias Urbanas, entregar para um correligionário e sextuplicar o orçamento para fazer um tapa buraco, porque a eleição está logo ali; isso é desonestidade intelectual, deixar o buraco na cidade por três anos para os ricos saberem que a cidade está mal, e no ano da eleição entregar a DCVU para o companheiro de partido e multiplicar o orçamento para faturar eleitoralmente. Isso é desonestidade intelectual, até há que se verificar a legalidade disso, porque a entrega foi feita, a transmissão do órgão foi realizada sem autorização legislativa – o projeto está aqui para ser votado, não foi votado ainda. No entanto, toda a comunicação oficial da Prefeitura já demonstra que é o PSDB que comanda a Operação Tapa-Buracos para o ano que vem. Isso é desonestidade intelectual.

Também é desonestidade intelectual negar que o orçamento veio com R\$ 930 milhões, e o executado foi R\$ 75 milhões. Orçamento! A execução orçamentária deu R\$ 75 milhões de déficit, não o tesouro – o tesouro, ano passado, não deu. A execução orçamentária é que deu. Então, não vamos confundir a população, jogando orçamento e tesouro, diz Vossa Excelência. Eu lhe digo: no ano passado – aliás, assinarei hoje um pedido de informações para a Secretaria da Fazenda, sob responsabilidade pessoal do signatário, para que envie essa informação –, quanto foi o orçado? R\$ 930 milhões de déficit. Quanto foi realizado do orçamento? R\$ 75 milhões de déficit. Vamos ver quem está com a razão nos números que eu submeti ao plenário. Quanto à honestidade intelectual, posso lhe assegurar, sei que o senhor fala de boa-fé, mas os números falam mais alto. Eu não consigo ouvir as palavras porque os gestos falam mais alto. E os gestos do Sr. Prefeito mostram a intenção eleitoral da gestão orçamentária – isso é um fato. E a DCVU apenas expressa isso com mais clareza, basta olhar as redes sociais do secretário que está anunciado o asfaltamento da cidade, não é o secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, o qual está sujeito à lei do DCVU, mas, sim, o secretário do PSDB, porque o prefeito pretende uma bancada grande no ano que vem. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 133, destacada, ao PLE nº 021/19, como autor do destaque.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Emenda nº 133 é simples. A comunidade da Rua Professor Freitas e Castro, uma rua extremamente importante, cheia de empresas ligadas à área da mobilidade urbana, dos veículos, ali na Azenha, está com sua pavimentação totalmente detonada. Ali tem empresas, tem prédios, tem imensa circulação e praticamente é uma rua com o asfalto incompleto, cheia de buracos e não tem jeito de fazer só tapa-buraco, nós temos que repavimentá-la. São somente duas quadras e são importantes para a geração de emprego, renda e para a circulação dos veículos e das pessoas. Encaminhei essa emenda no valor de R\$ 400 mil para repavimentação. Então, acho que é extremamente importante para a mobilidade urbana da cidade. Então, peço a gentileza da aprovação pelos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 133, destacada, ao PLE nº 021/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras e meu caro Ver. João Carlos Nedel, quando nós precisamos fazer emendas sobre asfaltamento na cidade é porque as coisas vão muito mal, muito mal mesmo. Nós não estamos falando de qualquer via pública de Porto Alegre, nós estamos falando da Professor Freitas e Castro, na Azenha, onde há, como disse o Ver. João Carlos Nedel, várias empresas, principalmente na área de autopeças. A buraqueira é total e absoluta.

Naquela região antiga da cidade, parte da Azenha, a discussão deveria ser “voltamos a retirar o restinho do asfalto que sobra para recolocar os ladrilhos, as pedras?” Eu acredito que seria um custo bem menor e muito mais efetivo ecologicamente.

Talvez esse é o grande debate que a gente deva fazer no próximo período. Quando aqui, em Porto Alegre, se discute o velho e bom calçamento e o asfalto, as pessoas, as que são fissuradas em automóvel e em velocidade, optam por qualquer asfalto, por pior que ele seja, mesmo que haja ladrilhos de primeiríssima qualidade. Esse talvez seja o grande debate que a gente deva fazer no futuro próximo aqui. Eu quero inclusive falar, especialmente para os vereadores Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Luciano Marcantônio e Mauro Zacher, que já foram secretários municipais de Obras e Viação, que talvez esse fosse um debate específico, fora dos limites do plenário Otávio Rocha, em alguma comissão, que a gente fizesse um estudo e um trabalho sobre o reaproveitamento dos velhos ladrilhos, tirando o asfalto carcomido, podre e que causa tantos transtornos hoje no trânsito de Porto Alegre. Está feita a provocação. Deixo para esses quatro ex-secretários municipais, repetindo, Cassio Trogildo, Mauro Zacher, Luciano Marcantônio e Cassiá Carpes, a palavra sobre esse tema. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 133, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 134, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 14 votos **SIM** e 13 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 135, destacada, ao PLE nº 021/19.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, as Emendas nºs 133 e 134, que foram aprovadas, eram as minhas prioridades. Das restantes, eu abro mão de aprovação, para não alterar o nosso orçamento consideravelmente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): De qualquer maneira, temos que votar, Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Então eu solicito a formação de um bloco para votação, composto pelas Emendas nºs 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246, destacadas, ao PLE nº 021/19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 135, 136, 137, 138, 139, 140 e 246, destacadas, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 208, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM.**

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 245, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal). **APROVADA** por 16 votos **SIM** e 09 votos **NÃO.**

Em votação a Emenda nº 281, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Senhores, apenas para esclarecer: no meu

relatório, eu optei pela rejeição da Emenda nº 281, por não constar o documento de PPCI. Foi esclarecido que o PPCI da emenda seria para um prédio público municipal, mas dava um entendimento que era para uma outra entidade. Uma vez esclarecido isso junto à assessoria, eu relato, então, pela aprovação. Altero a orientação da votação pelo aceite. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 281, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADA** por 25 votos **SIM.**

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) (Requerimento): Considerando que temos ainda em torno de 20 emendas, todas destacadas, e considerando que há 40 minutos tínhamos feito uma combinação de que iríamos até às 12h15min, eu solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte vereadores presentes. Há quórum.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 282, destacada, ao PLE nº 021/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal) 16 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h27min.)

* * * * *